

Caminhos da memória e da história: reflexões sobre as memórias de antigos moradores da fazenda Cuiabá no estado de Sergipe

GIVALDO SANTOS DE JESUS¹
ANTÔNIO FERNANDO DE ARAÚJO SÁ²

1 – Introdução

Todo trabalho em História exige do pesquisador grande leitura bibliográfica, domínio na interpretação das fontes e amadurecimento das informações a serem impressas em seu trabalho. O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de poder do coronelismo até a presença do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em Sergipe, a partir das memórias de antigos moradores da fazenda Cuiabá, hoje assentamento do MST, que permanece com o mesmo nome da antiga fazenda.

A micro-história como método de pesquisa adota várias escalas para a visualização de diferentes tipos de conhecimento e o local passa a ser entendido como uma das diversas escalas que o historiador usa de acordo com o seu interesse. Utilizamos como metodologia de pesquisa a História Oral, que através de entrevistas a antigos moradores da fazenda Cuiabá, e a atuais assentados, conseguimos resgatar memórias e refletir sobre as vivências do passado e do presente, importantes para a construção da história.

Escolher a história oral como metodologia é entender que se abre um grande leque de possibilidades para a construção do conhecimento histórico porque a história oral é um

* Graduado em História, Especialista em Educação e Mestre em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe.

** Profº Associado do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe.

caminho que nos permite através das entrevistas problematizar um passado que distante torna-se perto. Os sujeitos históricos são tratados como sujeitos ativos, pois suas lembranças do passado fornecem informações valiosas sobre si mesmo e sua relação com o grupo social que vive e enfrenta os desafios do dia-a-dia.

2- Reflexões sobre história oral e micro-história

Durante muito tempo a história oral foi marginalizada pelo discurso historiográfico erudito que se fundamenta no documento escrito e nega as fontes não escritas. Para os historiadores positivistas a narração e a memória das pessoas não tem poder de prova, em função de sua subjetividade e sujeito às falhas da memória. No entanto, a história positivista vem perdendo espaço desde meados do século XX com a revolução documental, surgindo novos conceitos de fontes históricas, onde tanto o documento escrito como o oral, icnográfico ou sonoro, entre outros, são aceitos como fontes históricas e podem ser interpretados de diversas formas e critérios estabelecidos pelos historiadores.

Nesse sentido, é fundamental compreender que os relatos em história oral não são revelações reais do passado e devem ser investigados, analisados e confrontados de forma criteriosa. A memória contém vestígios do passado e cabe ao historiador construir o conhecimento histórico seguindo um método e uma metodologia de pesquisa coerente ao fazer do historiador. Dessa forma:

[...] Estas duas formas, métodos, maneiras de abordar o real ganham novos contornos à medida que se associam à criação, à invenção, à imaginação. O tempo histórico não é o tempo vivido. A história escrita, documentada, distingue-se do acontecido; é uma representação. E neste hiato entre o vivido e o narrado localiza-se o fazer próprio do historiador. (MONTENEGRO, 2007: 10)

A entrevista é a grande ferramenta de resgate da memória e, por meio de gravações eletrônicas com o propósito de registro, torna-se fonte oral. Vale ressaltar que a palavra dita e gravada não existe como fenômeno isolado, uma lágrima, silêncio, expressões faciais, entre outros, que na maioria das vezes não tem registros verbais podem fazer parte dos discursos. A história oral é a soma de atitudes pensadas e planejadas através de um projeto organizado que direciona e define os procedimentos e o grupo a ser entrevistado. A existência de um projeto é condição essencial para a organização e operacionalização em história oral. Nesse sentido:

[...] O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso, arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY e HOLANDA, 2007: 15)

A história oral (entrevista) é sempre um processo dialógico que demanda pelo menos duas pessoas em diálogo. Não se trata de uma conversa, mas de um diálogo programado com roteiro estabelecido entre o entrevistador e o entrevistado. E não se produz história oral por telefone ou *e-mail*. O contato direto é fundamental, pois permite a percepção do olhar, da face e das narrativas durante a entrevista que revelam e esclarecem muito os fatos. A participação

da eletrônica na história oral alterou os antigos procedimentos das entrevistas. Contudo, a história oral não se faz sem a participação humana direta entre entrevistador e entrevistado. Para Freitas (2006: 92):

Uma entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É uma relação que se estabelece entre pessoas com experiências, formação e interesses diferentes. São pessoas que, apesar de pertencerem a diversas faixas etárias e diferentes condições socioeconômicas e culturais, estarão dialogando e interagindo sobre uma mesma questão.

A entrevista em história oral sempre resulta em documento de base material escrita e ainda que muitas vezes a entrevista seja usada como alternativa para preencher lacunas ou complementar documentos escritos (tapar buracos documentais), é importante entender que a entrevista em história oral vai além de preencher lacunas e pode ser usada como fonte de forma única e abrangente. Nesse sentido, a entrevista não é usada apenas quando não existem documentos escritos. Ela também é usada para produzir outras versões promovidas à luz dos documentos oficiais.

No campo da história oral os pesquisadores se deparam com algumas dificuldades no que diz respeito ao tratamento da fonte oral por ser complexa, dinâmica, viva e repleta de conceitos. Isso pode ser explicado em primeiro lugar pela dificuldade de reconhecer a memória individual como um fenômeno social, e depois observar a memória coletiva do grupo e por sua vez a memória coletiva de cada sociedade. A memória individual é inseparável da organização social à qual o indivíduo pertence. Ecléa Bosi (1994: 413), ao citar Halbwachs, afirma que:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece é unidade múltipla. [...]

Os positivistas veem a memória como visão parcial do passado, sujeita a falhas (esquecimentos, equívocos, lapsos) que na verdade não são motivos para rejeitar a memória como fonte porque, cabe ao historiador, analisar e formular suas conclusões, e da mesma forma que um documento escrito tem suas falhas e é analisado e formulado o conhecimento, a memória também é analisada, criticada e formulado o conhecimento histórico. Segundo Ecléa Bosi (1994: 37) “A memória com seus erros, lapsos e esquecimentos foram menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial.”

Dessa forma, os documentos (fontes) sobre um determinado fato histórico trazem em si partes do acontecimento e não a sua totalidade. Cabe ao historiador averiguar e conectar as reminiscências deixadas pelo tempo, pois jamais o pesquisador conseguirá reproduzir o fato histórico na sua totalidade. Para Verena Aberti (2005: 24):

É sabido que jamais poderemos apreender o passado tal como ele foi; apesar disso, insistimos em obter uma aproximação cada vez mais acurada dele, para aumentar qualitativamente e quantitativamente nosso conhecimento. Este é o zelo científico, do qual a história não escapa, mesmo que não se discuta a propriedade de chamá-la de ciência. O trabalho do cientista, contudo, é também um ato de criação.

Um dos elementos que torna a história oral especial é a importância dada aos grupos excluídos e marginalizados da sociedade que na maioria das vezes sobrevivem no silêncio promovido pela história tradicional. Então, por meio da história oral, mulheres, negros, índios, vaqueiros, etc., têm encontrado espaço para revelar suas memórias individuais e coletivas contribuindo para a construção do conhecimento histórico. Nessa linha de raciocínio, encontramos também a micro-história, tornando possível a historiografia dos anônimos, homens e mulheres comuns, esquecidos pela história tradicional. A análise micro-histórica busca os pressupostos da história social e cultural, rompendo também com a história positivista.

A micro-história surgiu entre os anos de 1981 e 1988, através de uma coleção intitulada *Microstorie*, organizada pelos historiadores Carlo Ginsburg e Geovanni Levi, na Itália, que acabou influenciando pesquisadores em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Segundo Revel (1998), a micro-história propõe uma redução na escala de análise, de modo que intensifica a exploração do objeto, dando atenção tanto aos pormenores como as grandes conexões. O intuito é perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos. Nesse sentido:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por outro lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. [...] (GINZBURG, 1989: 177-178)

A perspectiva micro-histórica revela uma pluralidade de possibilidades e realizações históricas, a partir de uma análise minuciosa, detalhada e aprofundada das fontes, como também, possibilita a utilização de fontes orais e conseqüentemente da memória, das

lembranças, considerando que a história é feita de homens e mulheres com sentimentos, vivências, sonhos, etc. Desse modo, nosso interesse em recorrer à história oral e a micro-história é o de resgatar a memória e a história dos vaqueiros e antigos moradores da fazenda Cuiabá no sertão do São Francisco do Estado de Sergipe.

3 – Memória e história da fazenda Cuiabá no Sertão do São Francisco – Se

A concentração fundiária no Brasil existe desde os primórdios da colonização. A divisão desigual da terra iniciou com as capitanias hereditárias e depois com as sesmarias, dando origem a maioria dos latifúndios atuais. Com a independência e o fim da escravidão, trataram logo de legalizar a posse da terra (Lei de terras de 1850), cujo acesso a terra passou a ser apenas através da compra e venda, impedindo dessa forma, os índios, escravos e a maioria da população pobre o acesso à terra.

Segundo Andrade (1989), com base nos cronistas do século XVI, os colonos chegavam ao Brasil e montavam engenhos, quando não, plantavam mantimentos e criavam animais. Muitos donos de rebanhos expressivos tornaram-se fazendeiros, enquanto outros, não tendo desenvolvido suas atividades com “eficiência” tornaram-se sitiantes, donos de pequenas propriedades que sobreviviam da pequena produção agrícola através do trabalho familiar.

No sertão, segundo Abreu (1930), o povoamento deveu-se à presença dos bandeirantes, que penetraram no sertão a procura de ouro e prata, e quando não encontraram ou tiveram dificuldade de plantar a cana para produzir o açúcar, passaram a criar gado e a

formar fazendas. Então, a pecuária enraizou-se e desenvolveu-se como a primeira atividade econômica dessa região.

Em Sergipe, e em particular o Sertão do São Francisco, segue essa regra geral de ocupação, baseada na distribuição de sesmarias a fidalgos, dando origem as grandes propriedades pecuaristas dessa região, que desde o período colonial era enaltecida pelos viajantes em função da presença do rio São Francisco. E, por outro lado, despreza a existência e a importância da pequena propriedade de base familiar. Para Silva (1981: 22):

Em verdade reconhecemos toda a importância da pecuária, apenas desconfiemos da extrema importância dada a criação e, paralelamente, o esforço em desprezar a agricultura, em particular a pequena produção. Vislumbramos aqui uma das pontas de um largo conflito entre plantadores e criadores, que parece perpassar toda a nossa duração. O período entre a ocupação destes sertões, no século XVIII, e a primeira metade do século XIX teria sido o momento em que a pequena produção é, paulatinamente, submetida aos interesses pecuaristas. [...]

Dessa forma, o gado espalhou-se pelo sertão e as fazendas multiplicaram-se, absorvendo as terras e a mão-de-obra de índios, negros e de homens livres, que passaram a trabalhar para os grandes proprietários. E, como a atividade da pecuária exigia pouca mão-de-obra, destaca-se a figura do vaqueiro, na sua maioria mestiços, que mantinha com o fazendeiro o sistema de partilha na criação de gado. Sua função era entrar na mata, juntar e cuidar do gado.

Segundo Santos (2005), no século XIX, existiam quatro fazendas no sertão do São Francisco: Cuiabá, Brejo, Caiçara e Oroco. Na formação dessas fazendas destacam-se a compra, as práticas de invasão de terras e os conflitos com índios, negros e posseiros. Um

exemplo dessa realidade foi a ocupação das terras dos índios pela família Britto com a fazenda Caiçara, depois Cuiabá, entre outras.

Durante as entrevistas, dois temas foram recorrentes e importantes para a nossa pesquisa. O primeiro destaca a relação de trabalho e poder entre o vaqueiro e o fazendeiro. Segundo Zé Leobino, vaqueiro da antiga fazenda Cuiabá, informou que nasceu, cresceu, casou-se e trabalhou durante trinta e cinco anos na fazenda Cuiabá. Descreve a fazenda como a maior e mais importante de todas. Criava gado, ovelha, cabra e plantava milho, feijão e algodão. Além dele e seu pai trabalhavam mais quatro vaqueiros no sistema de partilha. A cada cinco bezerros que nascia um era do vaqueiro. Naquela época, nas fazendas o gado era criado solto no meio do mato (caatinga). Então, o fazendeiro utilizava-se do trabalho do vaqueiro para tomar conta do gado e uma vez por ano entrava no mato para recolher o gado para o abate. O vaqueiro era essencial para o desenvolvimento da pecuária e da fazenda nessa época.

A fazenda Cuiabá pertencia desde os primórdios a família Britto, que tinha grande influência e prestígio na região do Baixo São Francisco, donos de grandes propriedades de terra, especialmente distribuídas de Propriá a Canindé do São Francisco. Zé Miúdo, vaqueiro da antiga fazenda Cuiabá, afirmou que:

O coronel Chico Porfírio de Britto, tinha dois filhos: Tonho e Hercílio. Era tudo gente boa, honestos e de palavra. Vinham de Propriá para a fazenda de barco e a gente ia buscar com os cavalos. Na região quem mandava era ele. Não se metia com política e nunca foi candidato a nada. Mas resolvia tudo e ajudava a todos. Todo mundo o respeitava, os outros coronéis e até Lampião que passou muitas

vezes pela Cuiabá e nunca desrespeitou ou agrediu ninguém. Hoje em dia é difícil encontrar um homem de palavra.

Dessa forma, fica evidente o poder e a influência da família Britto na região, típico da época do coronelismo. Não era candidato nas eleições, mas controlava a região através do seu poder econômico e influência política, que o tornava o líder e o “bem feito” da região, que zelava pelo progresso e resolvia todos os problemas de todos na comunidade.

Segundo Freire (2002), o coronel Chico Porfírio comprou uma grande propriedade ao capitão Luiz da Silva Tavares, onde ergueu residência e com sua influência e poder econômico chegou a construir um curtume em conjunto com o coronel João Fernandes de Brito para beneficiar o couro das extensas fazendas de gado da região. Mais tarde esse curtume transformou-se numa indústria mecanizada, dinamizando a economia da região e atraindo um grande número de trabalhadores, dando início a uma pequena vila, e depois transformou-se na antiga cidade de Canindé.

Para Leal (1997), os melhoramentos no município ocorriam em função do interesse e insistência do chefe político local. O coronel quando não era o administrador local, apoiava e cobrava dos políticos tais melhoramentos, construindo e conservando a sua posição de liderança na região. Segundo Zé Miúdo:

O desenvolvimento da Antiga Canindé foi graças ao coronel Chico Porfírio. Tiveram outros, mas ele foi o principal. Investiu na região e cobrou melhorias. E também, mandava em tudo. Não baixava a cabeça pra ninguém. Ajudava todo mundo. Mas cobrava o apoio de todo mundo, dos políticos, dos vaqueiros.

Por outro lado, a vida do homem comum(agricultor, pescador, vaqueiro) não era fácil. O que o vaqueiro ganhava na fazenda através da partilha de bezerros não era suficiente para garantir o sustento da família, que naquela época era sempre numerosa. Todavia, a caça, a pesca e a plantação de algumas tarefas de milho e feijão acabavam garantindo a alimentação da família, como afirma Zé Leobino:

A partilha era tão pouco que não dava para sobreviver. A gente tirava o leite, fazia queijo e plantava algumas tarefas de milho e feijão pra comer. O que ajudava era a caça da onça, do veado, do preá, rolinha e da codorna. O vaqueiro naquele tempo criava também para o fazendeiro o bode, ovelha e o pagamento era por fora. Ele dava alguns trocados. E, quando precisava de uma coisa diferente como um remédio o fazendeiro dava a gente.

Segundo Leal (1997), a ascendência e o prestígio do coronel resulta da condição de proprietário rural, onde a massa humana que tira a subsistência de suas terras vive na pobreza, ignorância e abandono. Todo acordo entre o fazendeiro e o vaqueiro era feito na base da palavra e era cumprido por ambas as partes. De acordo com a cultura da época o homem que não cumpria com a palavra não tinha honra, era tratado como desonesto. Quebrar um acordo verbal para esses homens de “palavra” é o mesmo que perder a dignidade.

Percebemos nas falas dos entrevistados que a vida na fazenda Cuiabá era sofrida, mas carregam na memória lembranças positivas do passado e revela um presente desanimador baseado na violência, drogas, desonestidade e na falta de palavras das pessoas, fatos que não existiam no passado. Para os entrevistados, vaqueiros e coronéis eram “homens de palavra”, sinônimo de honestidade.

Outro tema recorrente nas entrevistas foi a presença do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) na fazenda Cuiabá. Segundo Silva e Lopes (1996), o sertão do São Francisco sergipano é um território com uma alta densidade de latifúndios improdutivos e fazendas de gado de forma extensiva, habitado por camponeses pobres. Essa realidade começou a mudar a partir da década de 1980, pois intensifica-se a mobilização de trabalhadores rurais e de importantes setores da sociedade em torno da discussão urgente de fazer a reforma agrária em Sergipe.

Segundo Santos (1999), as primeiras ocupações tiveram como principal mediação a Diocese de Propriá, através da pastoral da terra, do Movimento de Educação de Base e dos Sindicatos dos trabalhadores rurais da região. E a partir de 1987, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) passou a conduzir a luta dos trabalhadores rurais em Sergipe.

Em Canindé do São Francisco, o movimento de ocupação começou na madrugada de 13 de março de 1996. Os trabalhadores rurais ocuparam primeiro os alojamentos da Usina Hidrelétrica de Xingó como forma de protesto ao programa excludente do governo federal na região (construção da Usina Hidrelétrica de Xingó e do projeto agrícola Califórnia) e depois foram para a fazenda Cuiabá. Segundo Zé Miúdo:

Quando começou a ocupação todo mundo foi para o alojamento da usina de Xingó. E no outro dia foi para a fazenda Cuiabá. Depois uma parte foi saindo para outros lugares, ocupando e o INCRA fazendo os assentamentos. A fazenda Cuiabá tinha mais de duas mil tarefas de terra. Ela foi a primeira fazenda a ser ocupada em Canindé.

Na fazenda Cuiabá foram assentadas duzentas famílias, que vieram de vários municípios sergipanos como Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Poço Redondo e Canindé, e de outros estados como Bahia, Alagoas e Pernambuco. Enquanto isso antigos moradores da fazenda Cuiabá não conseguiram lotes de terra, como foi o caso de Zé Miúdo.

No assentamento Cuiabá, que permaneceu com o mesmo nome da antiga fazenda, foi construído uma agrovila com duzentas casas e cada assentado recebeu um lote com vinte tarefas para produzir através de cerqueiro e doze tarefas para irrigação, que até os dias atuais não foi implantado o sistema de irrigação. Zé Leobino recebeu um lote na fazenda Cuiabá, mas preferiu e conseguiu uma transferência para o assentamento Modelo em função da grande quantidade de famílias de diversos lugares, como observamos em sua fala:

Um lugar onde mora pouca gente é melhor. Na Cuiabá fizeram duzentas casas, hoje tem mais de trezentas porque um filho casa e faz a casa vizinha a do pai. Planta milho, feijão, cria gado e ovelha. E assim, vai vivendo como Deus quer. Eu preferi o assentamento Modelo. É melhor porque tem pouca casa, é mais sossegado.

Como vimos antes, o MST começou a se organizar em Sergipe a partir de 1987, somando-se ao trabalho da Diocese de Propriá e de alguns sindicatos de trabalhadores rurais, que tiveram uma importante participação na luta dos trabalhadores sem terra, visando construir uma sociedade mais justa no Sertão do São Francisco. A luta pela posse da terra foi árdua, prisões, ameaças de morte, anos vivendo debaixo de lonas, invasões, etc., marcaram a luta dos trabalhadores sem terra em Sergipe. Segundo Luís Vieira, morador do assentamento Cuiabá:

O dono da fazenda Cuiabá mandou a gente invadir e o MST reuniu o povo, organizou a luta. Naquele tempo de governo contrário (João Alves e Albano Franco) o movimento era forte e atuante. Hoje a gente vive de promessa. A irrigação chegou no assentamento vizinho e pra nós só promessa. Com o governo do mesmo lado (Marcelo Déda), a direção do movimento (MST) não age, não luta, não faz nada. Até o nosso deputado João Daniel ninguém vê mais.

Um aspecto importante percebido na fala do entrevistado é que o governo e o próprio MST tem esquecido os trabalhadores rurais. Criaram os assentamentos e não deram as condições de produção aos assentados. A irrigação não foi implantada e o MST não tem a mesma ação como nos governos anteriores. Em uma visita “in loco” a alguns assentamentos e entre eles o Cuiabá, observamos a falta de compromisso do governo com os assentados. Falta infraestrutura nas agrovilas, assistência técnica para a produção, água para irrigação, médicos no posto de saúde, entre outros, problemas que dificultam o desenvolvimento dos assentamentos. E o MST não consegue organizar a luta e melhorar essa situação. Segundo José Batista:

Hoje temos dezessete anos de luta. Enfrentamos a polícia, os fazendeiros e o governo. E, hoje dois ou três é quem tem água e concentra terra como alguns coordenadores do MST nas agrovilas com o apoio do INCRA, pois a gente pegou vinte tarefas para cerqueiro e doze para irrigação. Hoje para a irrigação só querem dar quatro tarefas. Os coordenadores também usam o caminhão, o trator do projeto que veio para a agrovila como se fosse deles. Em agrovilas que tem irrigação uma bomba serve para dezesseis pessoas, e o coordenador tem uma bomba para puxar água só pra ele.

O problema da diminuição dos lotes para a irrigação ocorreu em função do INCRA e o MST assentarem mais famílias do que o previsto no projeto inicial da fazenda Cuiabá, diminuindo a área de irrigação. Percebemos na fala do entrevistado e de outros assentados

certa angústia em função de alguns problemas como a venda de lotes por parte dos assentados, a falta de infraestrutura dos assentamentos, projetos e assistência técnica. E quando conseguem algum financiamento, como o Pronaf A, 10% fica retido no banco para a assistência técnica e ninguém aparece para orientar e acompanhar a produção dos assentados.

Dessa forma, é inegável a importância e a participação dos movimentos sociais como o MST na luta pela democratização da terra proporcionando a melhoria das condições de vida da população rural no sertão do São Francisco. Porém, a falta de políticas públicas eficientes por parte do governo, a morosidade que se abateu no MST e a atuação de alguns membros do movimento que atuam nas comunidades e se utilizam do bem coletivo transformando-o em privado, prejudica o desenvolvimento rural, tão importante para a promoção social de todos.

4 – Considerações Finais

Em nossa pesquisa, escolhemos a história oral como metodologia de pesquisa com o objetivo de resgatar memórias de antigos vaqueiros da fazenda Cuiabá. A história oral explora as relações entre a memória e a história rompendo com a visão positivista e elege o homem comum como sujeito ativo da História. No nosso caso, o vaqueiro, homem simples que lida com o gado, mas com uma memória individual e coletiva que revelou e forneceu informações valiosas sobre a vida do sertanejo no passado e os anseios do presente, destacando as relações de trabalho e poder e a presença do MST no Sertão do São Francisco no Estado de Sergipe.

Nesse sentido, a micro-história também elege e convoca os anônimos, os excluídos a contribuir com a História, quebrando também com a visão ultrapassada da historiografia tradicional. As proposições metodológicas da micro-história baseiam-se no recorte temático

em um assunto bastante específico e ao mesmo tempo relacionado com um assunto mais amplo. No nosso caso, estudar a fazenda Cuiabá, observando ao máximo as suas particularidades e ao mesmo tempo relacioná-la com a história de Sergipe e do Brasil.

Portanto, através das memórias de antigos e atuais moradores da fazenda Cuiabá, conseguimos refletir sobre a atuação da família Britto no Sertão do São Francisco, as relações de trabalho, poder dos coronéis e as condições de vida de uma parte esquecida da população sergipana (o vaqueiro) importe para o desenvolvimento do Estado de Sergipe. Outro aspecto estudado foia presença do MST que acabou dividindo os latifúndios e assentando na terra famílias de trabalhadores, e apesar de não ser a reforma agrária ideal, procuram melhorar a qualidade de vida nos assentamentos, principalmente no Cuiabá que permanece com o mesmo nome da antiga fazenda.

5 – Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1930. (Edição da Sociedade Capistrano de Abreu).

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989 (Série Princípios).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

FREIRE, Edivânia. Canindé: antes e depois de Xingó. In: CINFORM: **História dos municípios**. Aracaju: Cinform, 2002.

- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- GINSBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A mística nos acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra como processo de territorialização**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2005. (Dissertação)
- SANTOS, Marleide Maria. **O sertão sergipano do São Francisco e os movimentos sociais no campo**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1999. (Dissertação)
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria: Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920)**. Niterói: UFF, 1981.
- SILVA, R. M. e LOPES, E. S. A. **Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe**. Aracaju: UFS, 1996.

